

PÚBLICO

DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS**

**REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ESQUEMA DE  
SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA E SISTEMA REFORÇADO DE  
ALOCAÇÃO BASEADA NO DESEMPENHO  
2013-2014**

**FEVEREIRO DE 2015**

## SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	1
II.	ATUALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA E INDICADORES SELECIONADOS DE PAÍSES D2.....	2
III.	ALOCAÇÕES DO FOE EM 2013-2014 .....	8
IV.	MECANISMO DE ALAVANCAGEM DE RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS .....	11
V.	CONCLUSÕES.....	12

## ANEXOS

Anexo I	Estrutura combinada e nível de concessionalidade ex ante
Anexo II	Revisão da sustentabilidade da dívida
Anexo III	Desempenho da carteira e pontuações AIPP em 2014
Anexo IV	Evolução dos indicadores de países do sistema reforçado de alocação baseada no desempenho

## ABREVIATURAS

AGC-9	Nono Aumento Geral de Recursos do BID
AIPP	Avaliação das Instituições e Políticas do País
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
CDB	Banco de Desenvolvimento do Caribe
CIRR	Taxas de juros comerciais de referência
CO	Capital Ordinário
ESD	Esquema de sustentabilidade da dívida
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOE	Fundo para Operações Especiais
GS	Garantia soberana
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IFM	Instituição financeira multilateral
IS	Indicador sintético
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECS	Organização de Estados do Caribe Oriental
OVE	Escritório de Avaliação e Supervisão
PIB	Produto interno bruto
PMR	Relatório de Monitoramento do Progresso
RBN	Renda bruta nacional
RES	Departamento de Pesquisa
SCF	Serviço de Moeda Única
SGS	Sem garantia soberana
SNDE	Saldos não desembolsados de empréstimos
SPD	Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento
SRABD	Sistema reforçado de alocação baseada no desempenho
VPC	Vice-Presidência de Países

## I. INTRODUÇÃO

### A. Objetivo

- 1.1 Em 15 de março de 2007, a Assembleia de Governadores aprovou a Resolução AG-03/07, a qual dispõe que a cada dois anos haverá revisão da implementação do Esquema de Sustentabilidade da Dívida e do Sistema Reforçado de Alocação Baseada no Desempenho (ESD/SRABD). A Administração apresentou três revisões para a consideração da Diretoria Executiva (Diretoria) e posterior distribuição para informação da Assembleia de Governadores na Reunião Anual do BID: (i) em 2009 (documentos GN-2442-17 e AB-2646), (ii) em 2011 (documentos GN-2442-34 e AB-2646-1) e (iii) em 2013 (documentos GN-2442-44 e AB-2646-2).
- 1.2 O objetivo deste documento é apresentar para a consideração da Diretoria Executiva a quarta revisão da implementação do ESD/SRABD por parte da Administração. A Administração também solicita que a Diretoria autorize a transmissão deste relatório à Assembleia de Governadores para sua informação.

### B. Esquema de sustentabilidade da dívida e sistema reforçado de alocação baseada no desempenho

- 1.3 Em 21 de fevereiro de 2007, a Diretoria aprovou o documento GN-2442, “Implementação do alívio da dívida multilateral e reforma do financiamento concessional no BID. Proposta para a implementação de um Esquema de Sustentabilidade da Dívida e Sistema Reforçado de Alocação Baseada no Desempenho”, que apresenta um sistema reforçado de alocação baseada no desempenho (SRABD) para a distribuição de recursos do Fundo para Operações Especiais (FOE), em uma estrutura que combina recursos do FOE e do CO (estrutura combinada), com base nos critérios do ESD/SRABD. A alocação total de recursos concessionais com base no ESD/SRABD é determinada pela combinação das necessidades e do desempenho do país – que determina a alocação de recursos do FOE (primeira etapa) – e o risco de endividamento excessivo – que define a combinação adequada de recursos do Capital Ordinário (segunda etapa). O ESD/SRABD visa a assegurar uma relação entre a alocação de recursos concessionais e a capacidade de absorção e, ao mesmo tempo, preservar a sustentabilidade da dívida.
- 1.4 O SRABD para recursos do FOE baseia-se em dois elementos principais: (i) necessidades e solidez econômica, consistindo da população e da renda nacional bruta (RNB) per capita; (ii) desempenho, estimado como a média ponderada do desempenho da carteira (30%) e a qualidade das instituições e políticas (70%), conforme estimado pela Avaliação das Instituições e Políticas do País (AIPP). Cada uma destas variáveis da fórmula de alocação tem um expoente definido para o cálculo do coeficiente de distribuição, tal como determinado no documento GN-2442.
- 1.5 O ESD determina o risco de superendividamento (baixo, moderado ou alto), que por sua vez determina o nível de concessionalidade apropriado para cada país por meio da estrutura combinada.

## II. ATUALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA E INDICADORES SELECIONADOS DE PAÍSES D2

### A. Sustentabilidade da dívida

- 2.1 Para o ciclo de alocação 2013-2014, a combinação de recursos do FOE e CO para cada país, com exceção da Bolívia, manteve-se inalterada em relação à primeira alocação no âmbito do ESD/SRABD em 2007 para Guiana, Honduras e Nicarágua. A combinação FOE/CO que se aplica à Bolívia foi modificada de 30%/70% para 25%/75% em 2011 e para 20%/80% em 2012 (documento GN-2442-39). A combinação 20%/80% foi aplicada também à alocação para a Bolívia em 2013-2014.
- 2.2 Embora a combinação de empréstimos para os quatro países em 2013-2014 tenha permanecido igual às combinações vigentes em 2012, a estimativa da concessionalidade ex post ou realizada dos empréstimos combinados diminuiu em 2013-2014, continuando a tendência observada desde 2010 (Tabela 1). Por exemplo, estima-se que uma combinação de empréstimos de 50% FOE e 50% CO teve uma concessionalidade de aproximadamente 58% em 2012, 56% em 2013 e 49% em 2014.<sup>1</sup> O declínio na concessionalidade foi devido a: (i) redução na taxa de desconto usada para calcular o valor presente, que tem o efeito de aumentar o valor presente de futuros fluxos de serviço da dívida; (ii) aumento na média ponderada da taxa de juros aplicada aos recursos do CO devido a uma alteração na composição dos saldos pendentes de empréstimos do CO. A parte dos saldos de empréstimos do Serviço de Moeda Única (SCF) com taxa fixa do CO (que tinha uma taxa de juros média de 4,3% em dezembro de 2014 versus 1,12% para o SCF com taxa Libor do CO) aumentou de zero em 2010 para aproximadamente três quartos do total de saldos pendentes de empréstimos do CO a países FOE-IV em 2014.

Tabela 1. Risco de endividamento excessivo e nível de concessionalidade ex post

			2010	2011	2012	2013	2014	
País	Risco de endividamento excessivo	Taxa de juros FOE	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%	
		Taxa média efetiva CO	1,27%	2,78%	2,82%	2,91%	3,54%	
		Taxa de desconto ex ante	6,80%	6,50%	6,50%	5,90%	5,90%	
		Taxa de desconto ex post	6,37%	6,00%	5,70%	5,44%	5,00%	
		FOE	CO	Concessionalidade				
Bolívia	Baixo	30%	70%	61,6%				
Bolívia	Baixo	25%	75%	46,6%				
Bolívia	Baixo	20%	80%		43,9%	39,6%	31,0%	
Guiana	Moderado	50%	50%	69,1%	60,4%	58,4%	58,2%	48,0%
Honduras	Baixo	30%	70%	61,6%	50,9%	42,4%	39,2%	33,7%
Nicarágua	Moderado	50%	50%	69,1%	56,5%	57,2%	54,5%	49,0%

Fonte: VPC com base no calculador de elemento concessional da OCDE, taxas de desconto diferenciadas da OCDE.

<sup>1</sup> Países com a mesma combinação de empréstimos, como Guiana e Nicarágua no período 2013-2014, podem ter uma concessionalidade realizada ligeiramente diferente devido a diferenças nas datas em que contraem obrigações do CO e diferenças nas proporções de empréstimos do SCF com taxa fixa do CO/SCF com Libor do CO nos saldos pendentes. Para a parcela do FOE nos empréstimos combinados, não há variação ao longo do tempo nas taxas de juros aplicáveis (0,25%).

### **Taxas de desconto usadas para estimar a concessionalidade**

O elemento concessional ou concessionalidade de um empréstimo é definido como a diferença entre o valor nominal do empréstimo e a soma dos futuros pagamentos de serviço da dívida descontados (valor presente), como percentagem do valor nominal do empréstimo. Se a taxa de juros de um empréstimo for inferior à taxa de desconto, o empréstimo é concessional. Consequentemente, a taxa de desconto usada para estimar o valor presente de um empréstimo tem um impacto importante na sua concessionalidade.

Até outubro de 2013, o ESD do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial usava taxas de desconto diferentes para calcular a concessionalidade dos empréstimos e o valor presente nas análises de sustentabilidade da dívida para países de baixa renda. Apesar de diferenças na metodologia para calculá-las, todas as taxas de desconto estavam vinculadas às taxas de juros comerciais de referência (CIRR) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [isto é, taxas de juros baseadas no mercado]. Para calcular a concessionalidade de empréstimos com vencimento superior a 15 anos, o ESD do FMI e Banco Mundial usava uma média de 10 anos das CIRR (para suavizar a volatilidade) e atualizava a taxa de desconto anualmente.

Em outubro de 2013 as Diretorias do FMI e Banco Mundial aprovaram uma proposta de unificar as taxas de desconto usadas para todos os fins operacionais. A taxa de desconto unificada foi inicialmente fixada em 5%, com uma revisão programada para 2015.

Os documentos de alocação bienal do FOE sempre baseiam as estimativas de concessionalidade *ex ante* na taxa de desconto vigente na data da alocação. Contudo, já que a taxa de desconto no calculador de concessionalidade do FMI era atualizada anualmente, as taxas de desconto reais nos dois anos do período de alocação podem desviar-se da taxa vigente na data da alocação.

- 2.3 A concessionalidade realizada ou *ex post* foi maior que a concessionalidade *ex ante* projetada nas propostas de alocação bienal do FOE antes de 2012. Contudo, durante 2013-2014 a concessionalidade realizada caiu 1,8 ponto percentual abaixo do nível projetado (Tabela 1 e Anexo I), devido particularmente à adoção de uma taxa de desconto inferior à suposta em 2012. Salvo um aumento nas taxas do CO, a concessionalidade *ex post* provavelmente não vai cair mais durante 2015-2016 porque as tendências que influenciam a concessionalidade parecem ter acabado. O FMI deve revisar a taxa de desconto unificada de 5% em 2015, mas a média de 10 anos da taxa de juros comercial de referência em dólares dos EUA não sofreu alterações significativas desde 2013. Além disso, a parcela de SCF com taxa fixa do CO na dívida total em CO dos países FOE-IV parece ter convergido para um teto natural.
- 2.4 Com o ESD, os indicadores de sustentabilidade da dívida em geral continuaram a melhorar ou se mantiveram após o alívio da dívida multilateral no início de 2007.<sup>2</sup> A carga do serviço da dívida com respeito às exportações e receita do governo diminuiu entre 2007 e 2013 para todos os países FOE-IV, exceto Guiana. O coeficiente médio simples serviço da dívida/exportações dos países FOE-IV diminuiu de 4,0% em 2007 para 2,3% em 2013, enquanto o coeficiente médio serviço da dívida/receita do governo diminuiu de 6,2% em 2007 para 4,1% em 2013.<sup>3</sup> As tendências do estoque de dívida pública externa com respeito

<sup>2</sup> Por motivos de disponibilidade de dados, bem como para evitar o ruído causado por variações nas taxas de desconto, neste parágrafo e no Anexo II os coeficientes se referem ao valor nominal e não ao valor presente.

<sup>3</sup> Embora haja indícios razoáveis para esperar que essa tendência continue, possíveis aumentos nas taxas de juros internacionais podem desacelerar o futuro progresso.

ao PIB, exportações e receita do governo entre 2007 e 2013 foram mais irregulares (Anexo II). Os indicadores do estoque da dívida melhoraram significativamente no caso da Nicarágua e permaneceram em geral inalterados nos casos da Bolívia e Guiana (Tabela 2).<sup>4</sup> Contudo, no caso de Honduras, o estoque da dívida pública externa aumentou: de 16,7% do PIB em 2007 para 27,3% em 2013; de 31% das exportações em 2007 para 57% em 2013; e de 68% da receita do governo em 2007 para 120% em 2013. O coeficiente médio simples dívida/PIB dos países FOE-IV aumentou marginalmente de 30,0% em 2007 para 31,6% em 2013; o coeficiente dívida/exportações diminuiu de 73% em 2007 para 66% em 2013; e o coeficiente dívida/receita aumentou de 117% em 2007 para 125% em 2013.

**Tabela 2. Variação nos indicadores de sustentabilidade da dívida entre 2007 e 2013 (termos nominais)**

	<b>Indicadores do estoque da dívida</b>	<b>Indicadores do serviço da dívida</b>
FOE-IV	Nenhuma variação significativa	Fortalecido
Bolívia	Nenhuma variação significativa	Fortalecido
Guiana	Nenhuma variação significativa	Enfraquecido
Honduras	Enfraquecido	Fortalecido
Nicarágua	Fortalecido	Fortalecido

Fonte: VPC com base no Anexo II.

Nota: “Nenhuma variação significativa” é definida como maioria de indicadores em 2013 dentro de 7% do valor de 2007.

2.5 **Colaboração com o Banco Mundial e o FMI.** O Banco continuou sua colaboração com o Banco Mundial e o FMI na preparação de análises da sustentabilidade da dívida. Durante 2013 e 2014, o Banco continuou a participar da Reunião Técnica sobre Sistemas de Alocação Baseada no Desempenho de BMD/IFM, em que vários aspectos do financiamento concessional são discutidos entre bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) e outras instituições financeiras multilaterais.

## **B. Indicadores de alocação baseada no desempenho**

### **B.1. Avaliação das instituições e políticas do país**

2.6 A AIPP avalia a qualidade das políticas e instituições de um país. Uma atualização da AIPP foi aprovada pela Diretoria em 2012 para a alocação de 2013-2014, em conformidade com as revisões da “Avaliação das Políticas e Instituições do País” (CPIA) (documento GN-2442-42) da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA). Nenhuma alteração da AIPP foi feita em 2014 para a alocação de 2015-2016.

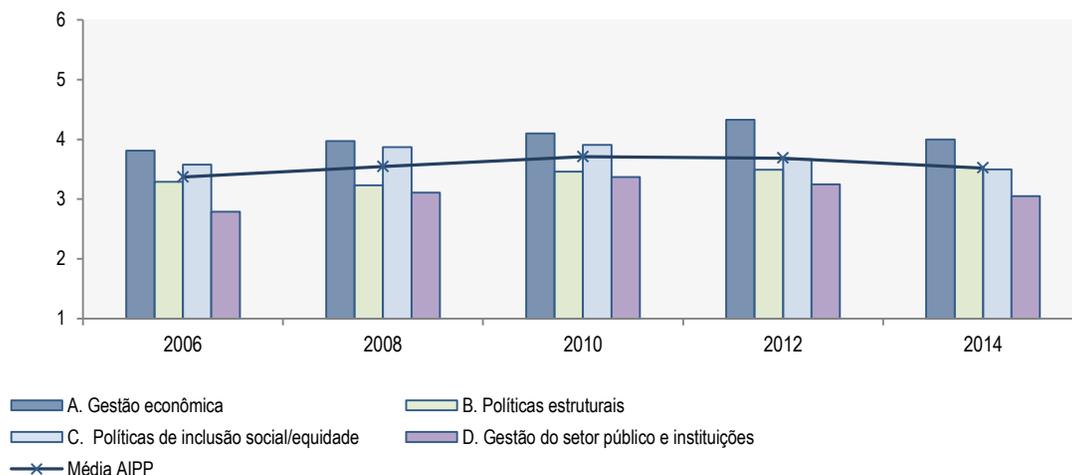
2.7 Embora as revisões e atualizações da AIPP em 2010 e 2012 compliquem as comparações ao longo do tempo, no nível agregado as pontuações da AIPP mantiveram um nível geralmente similar de 2006 a 2014 (Figura 1). Contudo, a pontuação total média ponderada da AIPP em 2014 diminuiu ligeiramente em relação a 2012, em parte devido a um declínio

---

<sup>4</sup> A substituição do ano-base para as contas nacionais da Guiana em 2010 e Nicarágua em 2012 levou a uma elevação na estimativa do PIB.

nas pontuações da AIPP para o grupo de políticas de gestão econômica.<sup>5</sup> Contudo, esse grupo continua apresentando as pontuações mais altas. O Anexo III apresenta informação detalhada sobre a AIPP de 2014 e o Anexo IV apresenta a evolução das pontuações da AIPP.

**Figura 1. Classificação média da AIPP para os países FOE-IV**



Fontes: VPC com base em documentos GN-2442-46, GN-2442-41, GN-2442-32, GN-2442-16, GN-2442.

2.8 Durante 2013-2014, a revisão imparcial das pontuações AIPP e justificações pelo Departamento de Pesquisa (RES) e Escritório de Planejamento e Eficácia no Desenvolvimento (SPD) continuou a desempenhar um papel útil em termos de controle de qualidade e assegurar igualdade de tratamento entre países. A introdução de indicadores quantitativos amplamente utilizados para aumentar a objetividade da AIPP, conforme recomendado pelo OVE (documento RE-376) para o ciclo 2011-2012, parece ter proporcionado um insumo adicional útil para verificar a subjetividade potencial da avaliação qualitativa. Para a AIPP de 2014 as pontuações qualitativas estão positivamente correlacionadas com o respectivo indicador quantitativo, com um nível de confiança de 95%,<sup>6</sup> sugerindo que as avaliações qualitativas não apresentam tendenciosidades significativas que afetem a classificação relativa.

## **B.2. Desempenho da carteira**

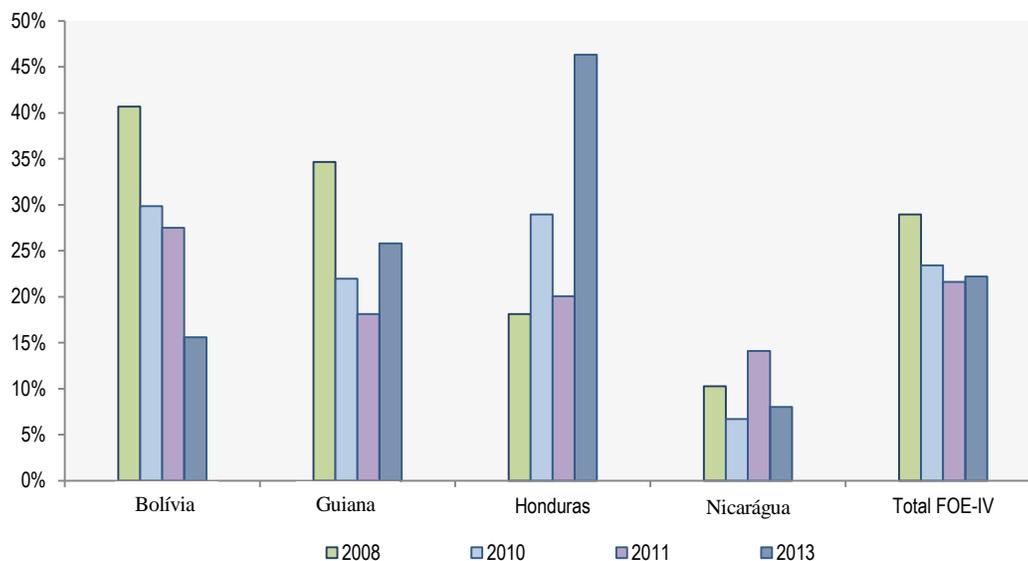
2.9 O desempenho da carteira é avaliado como a porcentagem dos saldos não desembolsados de empréstimos (SNDE) representada por projetos classificados como “problemáticos” e “em alerta”. Para a alocação 2015-2016, o indicador de desempenho da carteira foi modificado para incorporar as alterações metodológicas introduzidas para a classificação

<sup>5</sup> Apesar de a AIPP tentar mensurar a qualidade das políticas, inevitavelmente em certo grau capta resultados, particularmente através dos indicadores quantitativos. Os resultados econômicos em 2014 foram geralmente menos favoráveis que os de 2012.

<sup>6</sup> Coeficiente de correlação de Pearson, teste de dois lados.

de projetos no Relatório de Monitoramento do Progresso (PMR) atualizado.<sup>7</sup> Além disso, já que os indicadores cronológicos no novo PMR são mensurados em relação a uma referência histórica do país, para fins da alocação do FOE os projetos também são avaliados comparando-os com referências do Banco, para mensurar o desempenho relativo entre países (documento GN-2442-46).<sup>8</sup>

**Figura 2. Classificação de projetos “problemáticos” e “em alerta” para SRABD (como % dos saldos de empréstimos não desembolsados)**



Fontes: VPC com base em documentos GN-2442-46, GN-2442-41, GN-2442-32, GN-2442-16, GN-2442.

2.10 O desempenho da carteira melhorou desde a adoção do ESD/EPBA, indicando que os incentivos ao desempenho embutidos no esquema produzem resultados favoráveis. No nível agregado para os países FOE-IV, projetos insatisfatórios (“em alerta” ou “problemáticos”) diminuíram de 28,9% do total de SNDE em 2008 para 22,2% em 2014,

<sup>7</sup> Como parte da recente avaliação do AGC-9 (documento RE-425-4), OVE revisou a metodologia PMR e constatou que, entre outras coisas, ter o indicador de desempenho como único indicador para determinar a classificação de um projeto era limitado e podia criar falsos casos positivos. Tendo em vista esta e outras lições aprendidas, uma revisão da PMR e respectiva proposta de ajustes foi aprovada em dezembro de 2013 (documento OP-1072-1). A nova PMR capta diferentes dimensões do desempenho dos projetos. Diferentes indicadores são medidos em cada etapa do ciclo do projeto: (i) após aprovação da Diretoria e antes de obter admissibilidade; (ii) entre admissibilidade e até 95% do desembolso; e (iii) entre 95% do desembolso e encerramento do projeto. Um indicador sintético (IS), refletindo uma média ponderada dos indicadores usados para classificação da execução de um projeto, serve como base da classificação do projeto depois que ele se torna admissível para desembolsos.

<sup>8</sup> Esses indicadores medem o tempo transcorrido: (i) entre a aprovação de um empréstimo e a assinatura do contrato, para os países em que a ratificação do contrato não é exigida; (ii) entre a aprovação do empréstimo e a ratificação do contrato, para os países em que a ratificação é exigida; (iii) entre a validade jurídica e a admissibilidade; e (iv) prorrogações da data final de desembolso.

com uma pequena deterioração (0,6 ponto percentual) de 2012 para 2014.<sup>9</sup> Enquanto a Nicarágua consistentemente apresentou o menor saldo de projetos “em alerta” e “problemáticos” entre países FOE-IV de 2008 a 2013, a Bolívia experimentou uma notável redução desses saldos no período. No caso da Guiana, o desempenho da carteira se deteriorou de 18,1% em 2012 para 25,8% em 2014, após experimentar melhorias sistemáticas em exercícios passados (Anexo V). Para Honduras, o desempenho da carteira foi afetado por um empréstimo cujo saldo pendente representava quase 60% de todos os saldos de empréstimos insatisfatórios.<sup>10</sup>

- 2.11 Junto com melhorias na execução mensuradas pelo indicador de desempenho da carteira do EBPA, o ritmo de desembolsos se acelerou em países FOE-IV desde a adoção do ESD/EPBA. Os desembolsos com garantia soberana (GS) em países FOE-IV quase triplicaram, de US\$ 273 milhões por ano em média durante 2007-2008 para US\$ 754 milhões em média em 2013-2014. Embora parte desse aumento corresponda a maiores alocações, os países FOE-IV aumentaram constantemente os desembolsos com respeito aos SNDE desde 2007, atingindo a média do Banco em 2011 e ultrapassando-a em 2012 (Figura 3.B).<sup>11</sup> Em resultado, a parte dos países FOE-IV nos desembolsos anuais GS do Banco também aumentou, atingindo 10,2% em 2014 (Figura 3.C). Além disso, os países FOE-IV têm uma porção maior de projetos com classificação satisfatória no PMR que a média do Banco (Figura 3.D).

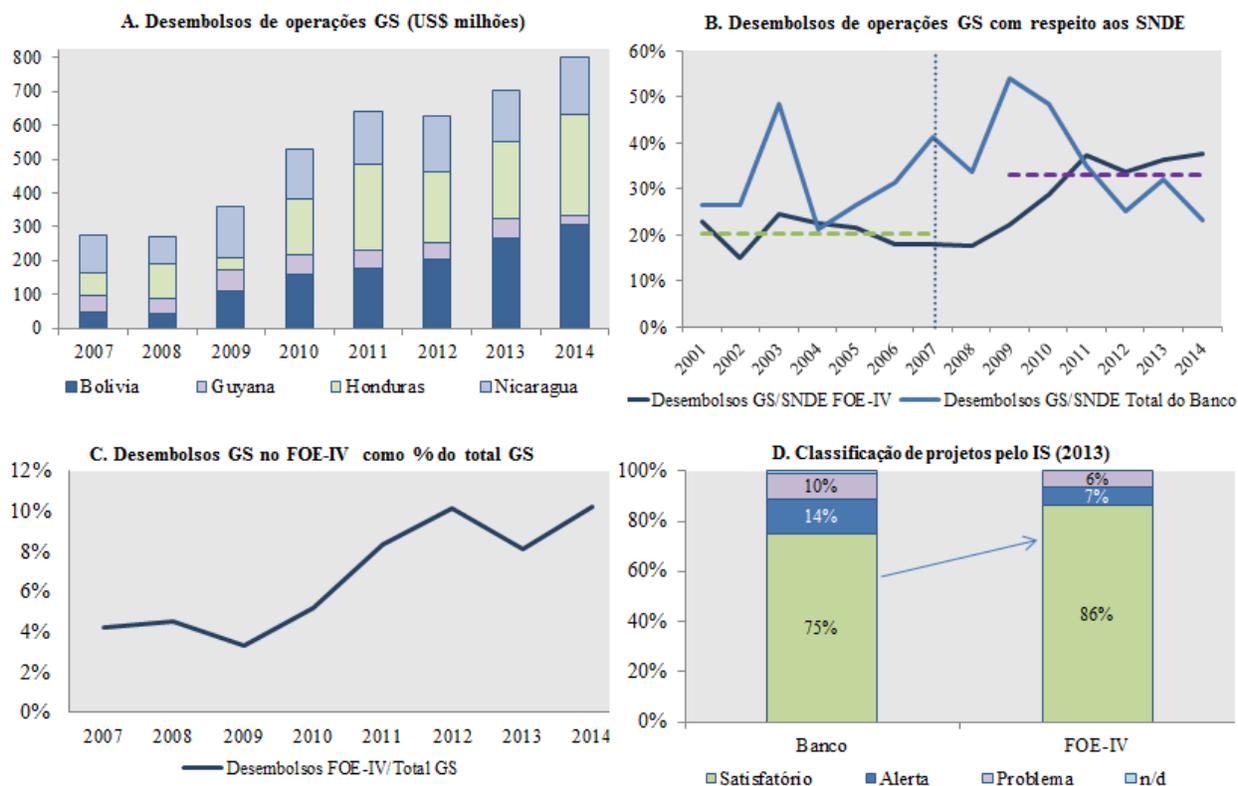
---

<sup>9</sup> Uma comparação com anos anteriores não é inteiramente adequada devido às revisões e atualizações da metodologia PMR.

<sup>10</sup> HO-L1037, com US\$135 milhões disponíveis até 31 de dezembro de 2013, foi classificado como projeto “problemático” pelo PMR (segundo o indicador de primeira fase “tempo transcorrido entre validade e admissibilidade”) e também considerado em alerta comparado com a referência do Banco. O projeto foi admitido em maio de 2014 e está na fase de desembolso.

<sup>11</sup> Para os países FOE-IV, a mediana de desembolsos com respeito aos SNDE em 2008-2014 é significativamente diferente da mediana para 2001-2007 com um nível de confiança de 95%. A mediana do Banco não foi significativamente diferente entre os dois períodos.

**Figura 3. Indicadores selecionados de execução em países FOE-IV após aprovação do ESD/EPBA**



Fontes: VPC com base em Relatórios LMS do FIN/BID; Relatório do Monitoramento do Progresso para 2013 (documento OP-1072-1).

### III. ALOCAÇÕES DO FOE EM 2013-2014

#### A. Alocações do FOE com ESD/EPBA em 2013-2014

3.1 As alocações anuais para 2013 e 2014 foram calculadas segundo a fórmula exponencial da metodologia EPBA estabelecida no documento GN-2442. Por ano, US\$ 275,6 milhões em recursos do FOE foram alocados entre países FOE-IV, com uma alocação total de recursos combinados de US\$ 941,1 milhões. O total de recursos do FOE alocados entre países FOE-IV foi 19% maior que em 2011-2012.

3.2 **Países C e D1.** A admissibilidade dos países C e D1 para o FOE baseia-se num umbral de renda per capita periodicamente revisado para refletir alterações nas condições econômicas. Para a alocação 2013-2014, Guatemala e Paraguai foram considerados admissíveis, com uma alocação anual de US\$ 30 milhões em recursos do FOE.<sup>12</sup> A combinação aplicada para países C e D1 foi de 20% FOE e 80% CO, segundo o documento CA-474-2.

<sup>12</sup> Já que o PIB per capita (média 2012-2013) da Guatemala e Paraguai excedeu o umbral de renda per capita, esses países foram considerados inadmissíveis para empréstimos do FOE durante o período de alocação 2015-2016 (documento GN-2446-46).

**Tabela 3. Alocações anuais para países admissíveis, 2013-2014 (US\$ milhões)**

	Risco de endividamento excessivo (ESD)	Combinação		Alocação anual ESD/SRABD		
		FOE	CO	FOE	CO	Total
Bolívia	Baixo	20%	80%	71,3	285,2	356,5
Guiana	Moderado	50%	50%	14,1	14,1	28,1
Honduras	Baixo	30%	70%	64,5	150,5	215,0
Nicarágua	Moderado	50%	50%	95,8	95,8	191,5
<b>Total D2</b>				245,6	545,5	791,1
Guatemala	n/d	20%	80%	15,8	63,4	79,2
Paraguai	n/d	20%	80%	14,2	56,6	70,8
<b>Total D1 admissíveis</b>				30,0	120,0	150,0
<b>Financiamento Total</b>				275,6	665,5	941,1

Fontes: VPC com base em documento GN-2442-41.

3.3 **Apoio especial para países da Organização de Estados do Caribe Oriental (OECS) não membros do BID admissíveis.** Conforme estabelecido no Relatório sobre o Nono Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (documento AB-2764), a Diretoria aprovou em 2010 uma alocação especial de recursos do FOE para o Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) para empréstimo a países da OECS admissíveis na IDA (documento GN-2593). A Diretoria aprovou US\$ 6 milhões para o período de alocação 2011-2012, com uma combinação de recursos 30% FOE e 70% CO, num total de US\$ 20 milhões em recursos combinados. Em dezembro de 2014, US\$ 15,7 milhões (78%) do empréstimo global haviam sido empenhados – em três subprojetos para São Vicente e Granadinas, Dominica e Granada – e US\$6 milhões desembolsados. Os restantes 22% do empréstimo global devem ser empenhados até o fim de junho de 2015, para um projeto em Santa Lúcia. Tendo em vista o estado de execução, nenhuma alocação adicional para países da OECS admissíveis na IDA foi considerada para o período de alocação 2013-2014.

**B. Aprovações em 2013-2014**

3.4 No total, 30 operações com recursos combinados de US\$ 1,9 bilhão foram aprovadas durante 2013-2014, dos quais US\$ 551,3 milhões correspondem a recursos do FOE. Nos dois anos, os empréstimos de investimento representaram 70% dos recursos do FOE, enquanto 30% foram empréstimos de apoio a reformas. A Tabela 4 apresenta aprovações detalhadas por país e fonte de fundos.

**Tabela 4. Operações aprovadas por país, 2013-2014 (US\$ milhões)**

	2013			2014		
	FOE	CO	Total	FOE	CO	Total
<b>Países D2</b>						
<b>Bolívia</b>	<b>75,7</b>	<b>302,8</b>	<b>378,5</b>	<b>66,9</b>	<b>267,6</b>	<b>334,5</b>
<i>Investimento</i>	54,5	218,0	272,5	45,7	182,8	228,5
<i>Reforma</i>	21,2	84,8	106,0	21,2	84,8	106,0
<b>Guiana</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>16,9</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>39,5</b>
<i>Investimento</i>	0,0	0,0	0,0	19,7	19,7	39,5
<i>Reforma</i>	8,5	8,5	16,9	0,0	0,0	0,0
<b>Honduras</b>	<b>57,0</b>	<b>133,1</b>	<b>190,1</b>	<b>72,0</b>	<b>167,9</b>	<b>239,9</b>
<i>Investimento</i>	57,0	133,1	190,1	33,0	76,9	109,9
<i>Reforma</i>	0,0	0,0	0,0	39,0	91,0	130,0
<b>Nicarágua</b>	<b>95,8</b>	<b>95,8</b>	<b>191,5</b>	<b>95,8</b>	<b>95,8</b>	<b>191,5</b>
<i>Investimento</i>	73,3	73,3	146,5	73,3	73,3	146,5
<i>Reforma</i>	22,5	22,5	45,0	22,5	22,5	45,0
<b>Subtotal FOE-IV</b>	<b>236,9</b>	<b>540,1</b>	<b>777,1</b>	<b>254,4</b>	<b>551,0</b>	<b>805,4</b>
<i>Investimento</i>	184,8	424,3	609,1	171,7	352,7	524,4
<i>Reforma</i>	52,2	115,8	167,9	82,7	198,3	281,0
<b>Países D1</b>						
<b>Guatemala</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>31,7</b>	<b>126,7</b>	<b>158,4</b>
<i>Investimento</i>	0,0	0,0	0,0	1,2	4,7	5,9
<i>Reforma</i>	0,0	0,0	0,0	30,5	122,0	152,5
<b>Paraguai</b>	<b>14,2</b>	<b>56,6</b>	<b>70,8</b>	<b>14,2</b>	<b>56,6</b>	<b>70,8</b>
<i>Investimento</i>	14,2	56,6	70,8	14,2	56,6	70,8
<i>Reforma</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Regional</b>						
<b>CDB</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<i>Investimento</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Reforma</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total geral</b>	<b>251,1</b>	<b>596,7</b>	<b>847,9</b>	<b>300,2</b>	<b>734,4</b>	<b>1,034,6</b>
<i>Investimento</i>	198,9	481,0	679,9	187,0	414,1	601,1
<i>Reforma</i>	52,2	115,8	167,9	113,2	320,3	433,5
<i>Reforma como % do total</i>	21%			38%		

\* Exclui operações SGS e operações financiadas exclusivamente com recursos do CO.

Fonte: VPC com base no OPS Analyzer do BID.

3.5 Em termos de distribuição setorial, semestralmente 47% dos projetos foram para o setor de infraestrutura e meio ambiente, um aumento em relação ao ciclo anterior, em que 41% dos recursos combinados foram usados em projetos de infraestrutura. Seguem-se o setor social e instituições para o desenvolvimento, com 31% e 22%, respectivamente. Cerca de 18% do total de recursos combinados foram aprovados em projetos classificados como investimentos para redução da pobreza ou destinados a melhorar a equidade social. A Tabela 5 apresenta os montantes totais aprovados por setor e país.

**Tabela 5. Operações aprovadas por setor, 2013-2014 (US\$ milhões)**

	2013				2014			
	Setor			Equidade Social / Pobreza	Setor			Equidade Social / Pobreza
	*Inst. para Desenvolvimento	Infraestrutura e Meio Ambiente	Setor Social		*Inst. para Desenvolvimento	Infraestrutura e Meio Ambiente	Setor Social	
Bolívia	153,0	225,5	0,0	47,0	0,0	291,5	43,0	43,0
Guiana	0,0	16,9	0,0	0,0	30,1	9,3	0,0	0,0
Honduras	0,0	40,1	150,0	50,0	130,0	0,0	109,9	0,0
Nicarágua	65,0	91,5	35,0	35,0	45,0	61,5	85,0	85,0
Total D2	218,0	374,1	185,0	132,0	205,1	362,3	237,9	128,0
Guatemala	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	152,5	0,0
Paraguai	0,0	70,8	0,0	0,0	0,0	70,8	0,0	70,8
Total D1	0,0	70,8	0,0	0,0	0,0	76,7	152,5	70,8
Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>218,0</b>	<b>444,9</b>	<b>185,0</b>	<b>132,0</b>	<b>205,1</b>	<b>439,0</b>	<b>390,4</b>	<b>198,8</b>
% Total	25,7%	52,5%	21,8%	15,6%	19,8%	42,4%	37,7%	19,2%

\* Inclui comércio e integração.

Fontes: VPC com base em dados fornecidos por SPD.

#### IV. MECANISMO DE ALAVANCAGEM DE RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS<sup>13</sup>

- 4.1 Em setembro de 2013 os Governadores aprovaram um Mecanismo de Alavancagem de Recursos Não Reembolsáveis (GLM) com o objetivo de alavancar recursos não reembolsáveis de doadores bilaterais e multilaterais com recursos do CO para financiar operações de investimento em áreas prioritárias compartilhadas, aumentando os recursos concessionais disponíveis para os países admissíveis (países D2 do FOE). A combinação de empréstimos segue as percentagens FOE/CO estabelecidas para cada país, proporcionando um nível de concessionalidade coerente com a sustentabilidade da dívida dos países. No total, US\$100 milhões em recursos do CO foram aprovados para este programa piloto.
- 4.2 Durante 2014, os dois primeiros projetos do programa foram aprovados.<sup>14</sup> Ambos os projetos foram para a Guiana e, combinados, atingem o limite de US\$30 milhões do CO estabelecido por país. As duas operações foram aprovadas para os setores de energia e água e saneamento<sup>15</sup> com recursos do Fundo de Investimento no Caribe da União Europeia (EU-CIF).

<sup>13</sup> Documento GN-2711-1.

<sup>14</sup> Projetos GY-L1040 e GY-L1041. Documento de Projeto: PR-4167 e PR-4166, respectivamente.

<sup>15</sup> Ambos os setores estão em conformidade com a estratégia para a Guiana no período 2012-2016 (documento GN-2690).

## V. CONCLUSÕES

- 5.1 Com o ESD, os indicadores de sustentabilidade da dívida geralmente continuaram a melhorar ou se mantiveram após o alívio da dívida multilateral no início de 2007. A carga do serviço da dívida diminuiu entre 2007 e 2013 para todos os países FOE-IV, exceto a Guiana. Ao mesmo tempo, em média não houve nenhuma variação significativa nos indicadores do estoque da dívida para países FOE-IV, durante um período em que o estoque da dívida cresceu em muitos países não admissíveis no FOE-IV. A estrutura de empréstimos combinados proporcionou ao Banco e aos países a flexibilidade para ajustar os níveis de concessionalidade e o total de recursos alocados alterando a proporção de FOE e CO ao longo do tempo, de acordo com a cambiante situação de sustentabilidade da dívida e risco de endividamento excessivo dos países.
- 5.2 Embora a combinação de empréstimos para os quatro países em 2013-2014 tenha permanecido a mesma de 2012, a estimativa da concessionalidade ex post ou realizada de empréstimos combinados diminuiu em 2013-2014, continuando uma tendência desde 2010. Contudo, salvo um aumento nas taxas de juros do CO, a concessionalidade ex post provavelmente não vai declinar mais durante 2015-2016 porque as tendências que afetam a concessionalidade parecem ter chegado ao fim.
- 5.3 O desempenho da carteira melhorou nos países FOE-IV desde a adoção do ESD/EPBA, sugerindo que os incentivos ao desempenho embutidos no esquema produziram resultados favoráveis. A proporção de saldos não desembolsados de empréstimos para países FOE-IV pertencentes a projetos classificados como “em alerta” ou “problemáticos” diminuiu desde 2007 e a proporção de projetos “satisfatórios” era maior para países FOE-IV do que para todo o Banco em dezembro de 2014. Do mesmo modo, o ritmo de desembolsos acelerou-se nos países FOE-IV. Embora o ritmo dos desembolsos de saldos não desembolsados de empréstimos GS a países FOE-IV tenha sido apenas metade dos países não admissíveis no FOE-IV no fim de 2007, excedeu o dos países não admissíveis no FOE em todos os anos do período 2011-2014.

**ESTRUTURA COMBINADA E NÍVEL DE CONCESSIONALIDADE EX ANTE**

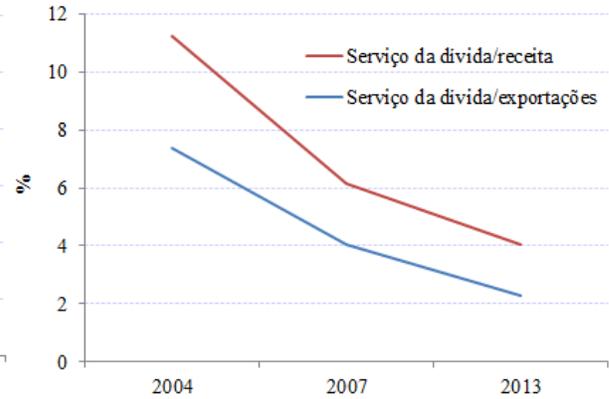
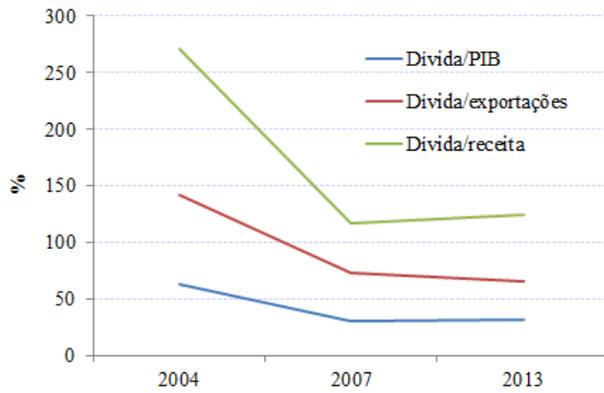
Estrutura combinada		Concessionalidade				
FOE	CO	Alocação 2007-2008	Alocação 2009-2010	Alocação 2011-2012	Alocação 2013-2014	Alocação 2015-2016
<b>Taxa de desconto:</b>		7,2%	6,8%	6,5%	5,9%	5,0%
100%	0%	90,0%	89,3%	88,4%	86,0%	81,5%
75%	25%	71,3%	70,1%	69,4%	70,2%	64,7%
70%	30%	67,5%	66,2%	65,6%	67,1%	61,3%
50%	50%	52,5%	50,8%	50,4%	54,5%	47,9%
40%	60%	45,0%	43,1%	42,7%	48,2%	41,2%
35%	65%	41,3%	39,3%	38,9%	45,0%	37,9%
30%	70%	37,5%	35,4%	35,1%	41,9%	34,5%
25%	75%	33,8%	31,6%	31,3%	38,7%	31,2%
20%	80%	30,0%	27,7%	27,5%	35,6%	27,8%
15%	85%	26,3%	23,9%	23,7%	32,4%	24,5%
10%	90%	22,5%	20,0%	19,9%	29,3%	21,1%
0%	100%	15,0%	12,3%	12,3%	23,0%	14,4%

Notas:

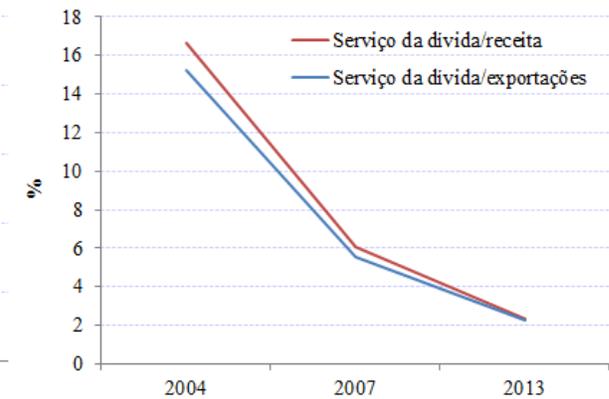
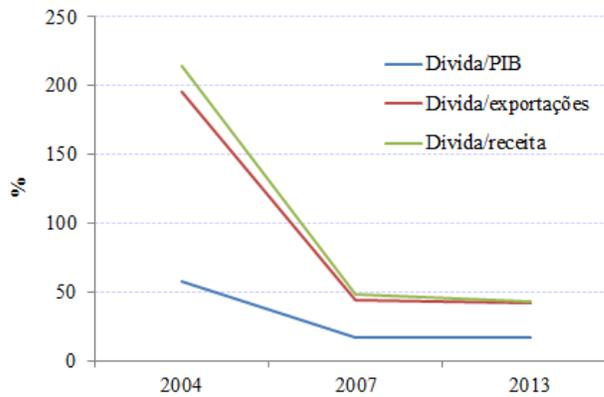
- (1) Fonte: VPC com base em documentos GN-2442-46, GN-2442-32, GN-2442-16.
- (2) Porção do FOE é um empréstimo com prazo de 40 anos reembolsável no vencimento, com taxa fixa de 0,25%.
- (3) Porção do CO é um empréstimo com prazo de 30 anos e período de carência de 5,5 anos.

## REVISÃO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

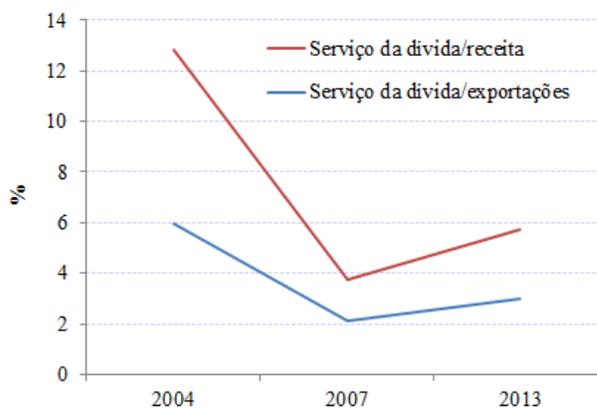
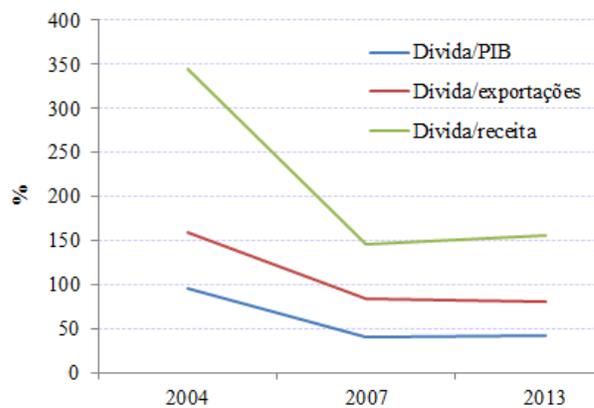
### Média simples FOE-IV



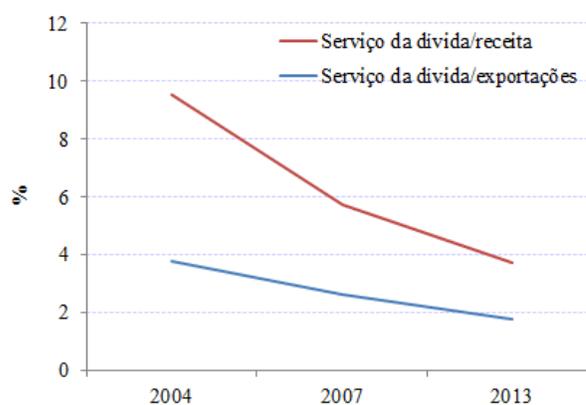
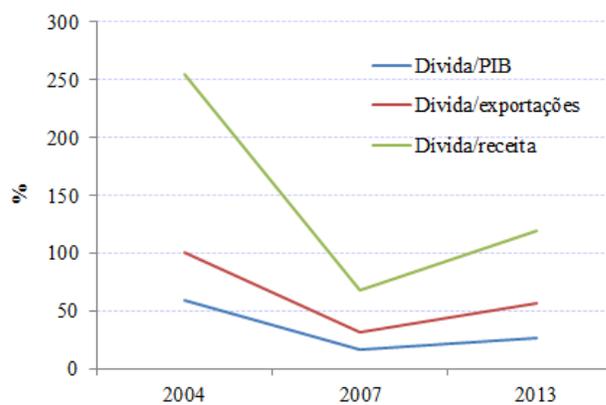
### Bolívia



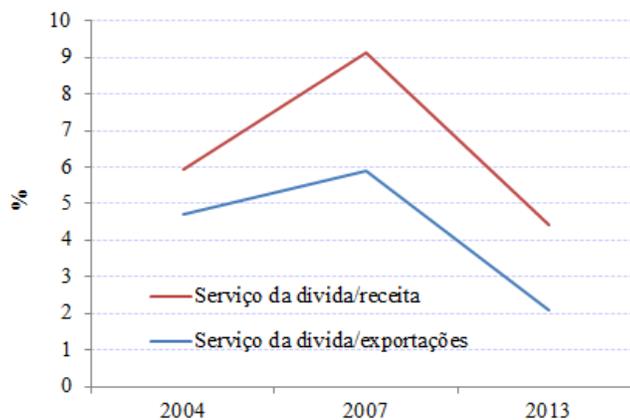
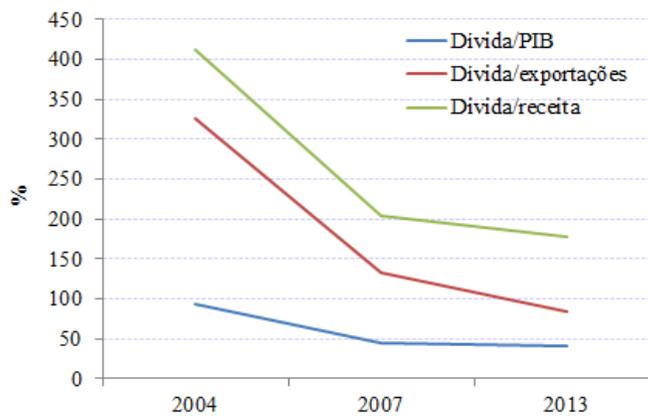
### Guiana



### Honduras



### Nicarágua



Fontes: VPC com base em WEO do FMI (outubro de 2014); UNCTAD; Bancos Centrais dos países.

## DESEMPENHO DA CARTEIRA E PONTUAÇÕES AIPP EM 2014

### 1. Evolução da percentagem de saldos não desembolsados de empréstimos representada por projetos classificados como “em alerta” e “problemáticos”

País	2008	2010	2011	2013
Bolívia	40,7%	29,8%	27,5%	15,6%
Guiana	34,7%	22,0%	18,1%	25,8%
Honduras	18,1%	28,9%	20,1%	46,3%
Nicarágua	10,2%	6,7%	14,1%	8,0%
<b>Total FOE-IV</b>	<b>28,9%</b>	<b>23,4%</b>	<b>21,6%</b>	<b>22,2%</b>
Guatemala	11,5%	14,0%	56,50%	-
Paraguai	17,7%	15,9%	17,70%	-
<b>Total países D1</b>	<b>13,5%</b>	<b>14,7%</b>	<b>38,4%</b>	-
<b>Total</b>	<b>28,9%</b>	<b>23,4%</b>	<b>21,6%</b>	<b>22,2%</b>

Fontes: VPC com base em documentos GN-2442-46, GN-2442-41, GN-2442-32, GN-2442-16.

## 2. Avaliação das Instituições e Políticas do País 2014

### A. Países FOE-IV

Grupo de políticas e peso	Variável	BOLIVIA	GUIANA	HONDURAS	NICARAGUA
		Pontuação	Pontuação	Pontuação	Pontuação
<b>A. Gestão econômica (15%)</b>	1. Políticas monetárias e cambiais	5,00	3,50	3,50	4,00
	2. Política fiscal	4,50	3,00	3,00	4,00
	3. Política e gestão da dívida	5,50	3,50	3,50	4,00
	<b>Pontuação grupo A</b>	<b>5,00</b>	<b>3,33</b>	<b>3,33</b>	<b>4,00</b>
<b>B. Políticas estruturais (20%)</b>	4. Comércio	3,71	3,33	3,94	3,58
	5. Setor financeiro	4,25	3,48	3,66	3,54
	6. Marco regulatório de empresas	2,77	3,33	3,29	3,28
	7. Políticas e instituições para sustentabilidade ambiental	3,32	3,45	3,50	3,70
	<b>Pontuação grupo B</b>	<b>3,51</b>	<b>3,40</b>	<b>3,60</b>	<b>3,53</b>
<b>C. Políticas de inclusão social e equidade (35%)</b>	8. Igualdade de gênero, povos indígenas e afrodescendentes	3,78	3,45	3,58	3,55
	9. Equidade no uso dos recursos públicos	3,67	3,50	3,83	3,67
	10. Fortalecimento de recursos humanos	3,36	3,86	3,76	3,77
	11. Proteção social e trabalho	3,70	3,40	3,60	3,00
	<b>Pontuação grupo C</b>	<b>3,63</b>	<b>3,55</b>	<b>3,69</b>	<b>3,50</b>
<b>D. Gestão do setor público e instituições (30%)</b>	12. Direitos de propriedade e governança baseada em normas	3,03	3,05	2,74	2,86
	13. Qualidade da gestão orçamentária, de aquisições e financeira	3,25	3,00	3,13	3,50
	14. Eficiência da mobilização de receita	4,25	3,50	3,25	4,00
	15. Qualidade da administração pública	2,52	2,71	2,67	2,50
	16. Transparência, prestação de contas e corrupção no setor público	2,87	2,39	2,61	2,38
	<b>Pontuação grupo D</b>	<b>3,18</b>	<b>2,93</b>	<b>2,88</b>	<b>3,05</b>
<b>Pontuação Total</b>		<b>3,68</b>	<b>3,30</b>	<b>3,38</b>	<b>3,44</b>

Fonte: Documento GN-2442-46.

Note: As pontuações AIPP e justificações subjacentes foram preparadas por CAN, CCB, CID e CSC, em coordenação com especialistas setoriais e revisadas e validadas por SPD e RES.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE PAÍSES DO SISTEMA REFORÇADO DE ALOCAÇÃO  
BASEADA NO DESEMPENHO**

	<b>Alocação 2007-2008</b>	<b>Alocação 2009- 2010</b>	<b>Alocação 2011- 2012</b>	<b>Alocação 2013- 2014</b>	<b>Alocação 2015-2016</b>
<b>População</b>					
<b>Bolívia</b>	8.986.396	9.518.000	9.862.860	10.088.108	10.671.200
<b>Guiana</b>	772.056	739.000	762.498	756.040	799.613
<b>Honduras</b>	7.141.464	7.091.000	7.465.998	7.754.687	8.097.688
<b>Nicarágua</b>	5.604.000	5.605.000	5.742.800	5.869.859	6.080.478
<b>Guatemala</b>	12.628.480	13.348.000	14.026.947	14.757.316	-
<b>Paraguai</b>	5.781.569	6.120.000	6.348.917	6.568.290	-
<b>RBN p/c (método Atlas)</b>					
<b>Bolívia</b>	960	1.260	1.620	2.040	2.550
<b>Guiana</b>	990	1.300	1.450	2.900	3.750
<b>Honduras</b>	1.030	1.600	1.820	1.970	2.180
<b>Nicarágua</b>	790	980	1.000	1.170	1.780
<b>Guatemala</b>	-	2.283	2.620	2.870	-
<b>Paraguai</b>	-	1.380	2.270	2.970	-
<b>Desempenho da carteira (escala 1-6)</b>					
<b>Bolívia</b>	3,27	3,97	4,51	4,63	5,22
<b>Guiana</b>	4,95	4,27	4,90	5,09	4,71
<b>Honduras</b>	4,95	5,09	4,55	5,00	3,69
<b>Nicarágua</b>	5,36	5,49	5,66	5,29	5,60
<b>Guatemala</b>	3,6	5,42	5,30	3,18	-
<b>Paraguai</b>	5,0	5,11	5,21	5,12	-
<b>AIPP (escala 1-6)</b>					
<b>Bolívia</b>	3,10	3,23	3,75	3,75	3,68
<b>Guiana</b>	2,75	3,39	3,75	3,62	3,30
<b>Honduras</b>	3,85	3,95	3,72	3,58	3,38
<b>Nicarágua</b>	3,58	3,55	3,53	3,49	3,44
<b>Guatemala</b>	3,6	3,76	3,52	3,34	-
<b>Paraguai</b>	3,9	3,81	3,48	3,34	-

Fontes: VPC com base em documentos GN-2442-46, GN-2442-41, GN-2442-32, GN-2442-16.